

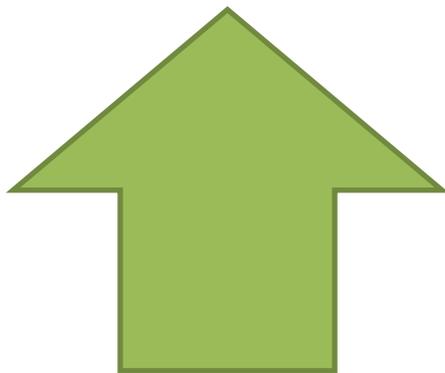
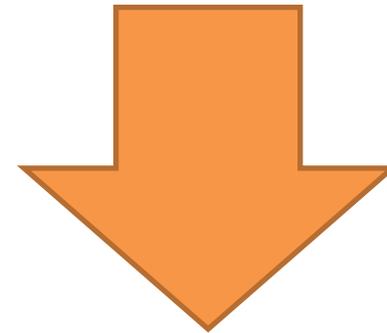
Olho Vivo

no dinheiro público

**Noções de Planejamento,
Orçamento, Licitações e
Fiscalização da Aplicação dos
Recursos Públicos**

Papel do Estado

- Transparência das ações governamentais e acesso à informação;
- Prestação de contas de todos os atos e de tudo o que é feito com os recursos da sociedade;
- Realização de audiências públicas e abertura de canais para participação da sociedade;

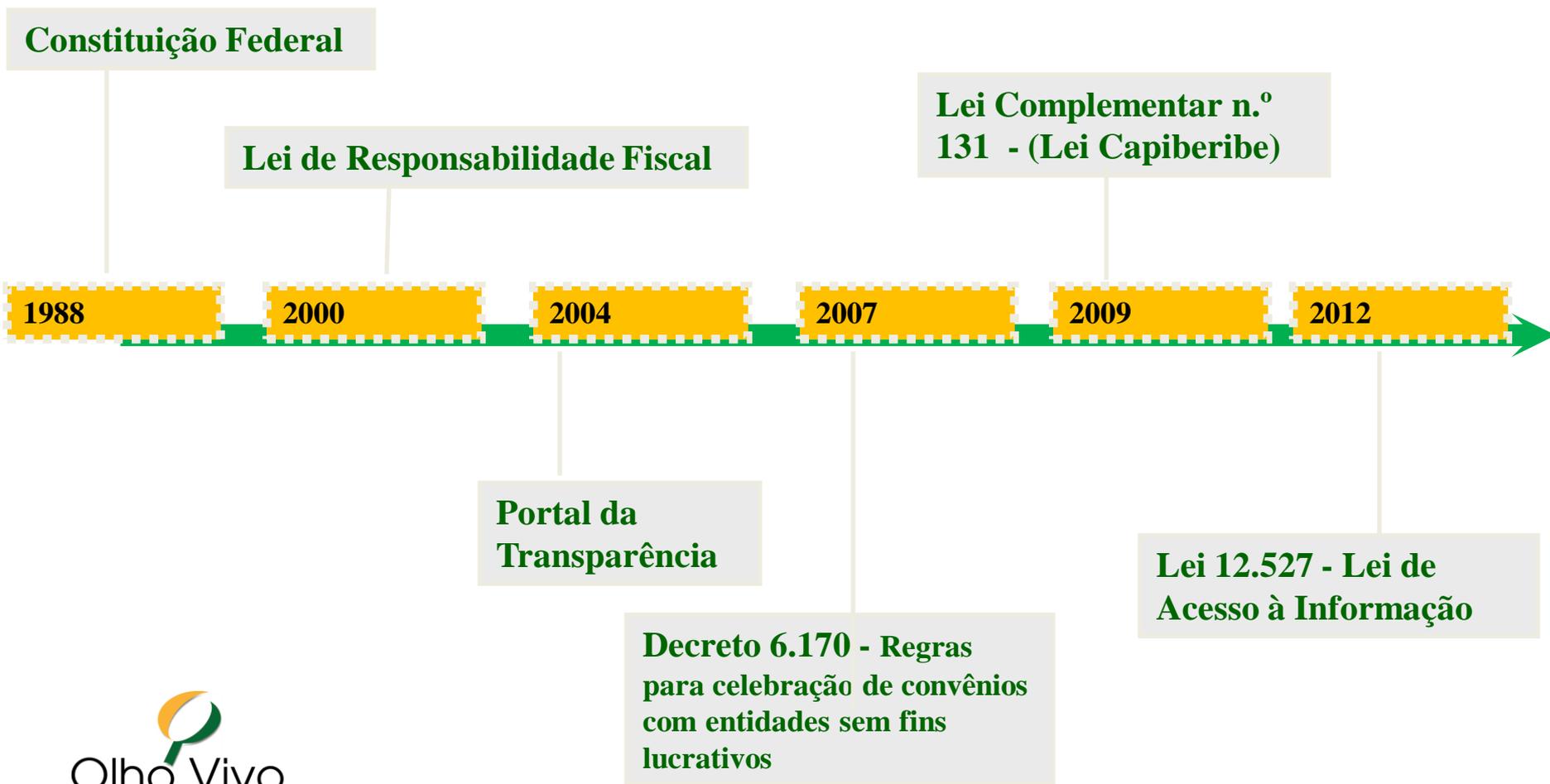


Papel da Sociedade

- Mobilizar-se, organizar-se e articular-se nos diversos segmentos;
- Fiscalizar poder público;
- Participar na definição e acompanhamento das políticas públicas;
- Ocupar espaços criados e criar outros espaços públicos de manifestação.

Cobrança constante dos governantes!

Normativos que ampliam o acesso à informação no Brasil



O que devem constar nos Portais da Transparência?

Governo
Federal
Estados
Municípios

Despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

Receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Portal de
Transparência de seu
município apresenta
informações atuais de
receita e despesa?



Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527 de 2011) - LAI

- Lei que regulamenta o direito ao acesso à informação pública, instituindo procedimentos, prazos e restrição ao sigilo;

Órgãos e entidades do poder público devem viabilizar:

Serviço de informações ao cidadão para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

Alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio da internet.

Quem Deve Cumprir a LAI?



- A lei se aplica às **entidades sem fins lucrativos** no que se refere à parcela de recursos públicos recebidos.

Quem pode solicitar a informação?

- Qualquer interessado, devendo o pedido conter a **identificação do requerente** e a especificação da informação requerida.

Qual o prazo de resposta?

- As informações disponíveis devem ser encaminhadas imediatamente.
- Para as demais, a Lei estipula o prazo para
- resposta de 20 (vinte) dias corridos, prorrogáveis por mais 10 (dez), desde que justificada.

E se o atendente negar informação?

- O interessado tem 10 dias para entrar com recurso para autoridade superior;
- A autoridade tem 5 dias para manifestação.

Desafio na Lei de Acesso à Informação



O seu município:

- Regulamentou a LAI?
- Fornece o SIC?
- Viabiliza pedido de acesso via internet?



CICLO DA GESTÃO PÚBLICA



Planejamento



ORÇAMENTO (PEÇA DE PLANEJAMENTO)

- Previsão das RECEITAS a serem arrecadadas.
- Fixação das DESPESAS a serem executadas.

RECEITAS X DESPESAS

O ORÇAMENTO PÚBLICO COMPREENDE AS
SEGUINTEs LEIS, DE INICIATIVA DO PODER
EXECUTIVO :

- Plano Plurianual - PPA
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
- Lei Orçamentária Anual - LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL FIXA OS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

ORÇAMENTO MUNICIPAL POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

SEC. DE EDUCAÇÃO	800.000,00
SEC. DA SAÚDE	640.000,00
SEC. DA ASSIST.SOCIAL	160.000,00
FUNDO ASSIST. SOCIAL	300.000,00
Total	1.900.000,00

AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS TEM PROGRAMAS

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRAD.DO TRAB.INFANTIL	100.000,00
INCLUSÃO DE JOVENS	100.000,00
PROT.SOC.PESSOA COM DEF.	100.000,00
Total	300.000,00

✓ **CUIDADO:** Há diferença entre o orçamentário e o financeiro.

Pode-se haver uma despesa orçada (planejada) em que o dinheiro ainda não está disponível para execução.



Execução



RECEITA PÚBLICA

Recursos
Próprios

Transferências
governamentais

Constitucionais
(FPM)

Legais (Bolsa
Família)

Voluntárias
(convênios)

- ❖ Podem ser acompanhadas pelo Portal da Transparência e pelo Sagres.

DESPESA PÚBLICA

(Depois do orçamento vem a escolha de quem contratar)

Licitação

	DIVERSOS	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
DISPENSA	até 8.000,00	Até 15.000,00
CONVITE	até 80.000,00	Até 150.000,00
TOMADA DE PREÇO	até 650.000,00.	Até 1.500.000,00
CONCORRÊNCIA	Acima de 650 mil	Acima de 1,5 milhão
PREGÃO	Sem limites	Não se aplica

O que é LICITAÇÃO?

Procedimento administrativo, regido por lei e por um ato administrativo, em regra amplamente divulgado que convoca interessados em contratar com a Administração Pública e determina condições e critérios objetivos para a seleção da proposta mais vantajosa para a sociedade.

IMPORTANTE: Lei 8.666 de 1993

Por que LICITAR?

Equilíbrio entre os interesses públicos e privados

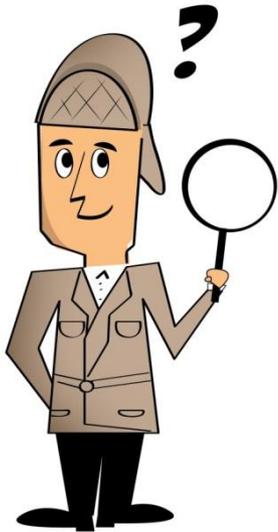
Patrimônio público indisponível

Limitar a atuação do poder público

Garantir um processo legalmente constituído

Coibir abusos de direito e desvios de poder

Realização dos princípios do art. 37 da CF.



Toda regra tem **EXCEÇÃO**

Licitação
Dispensada

Alienação de bens móveis e imóveis, casos compulsórios e taxativos (art. 17)

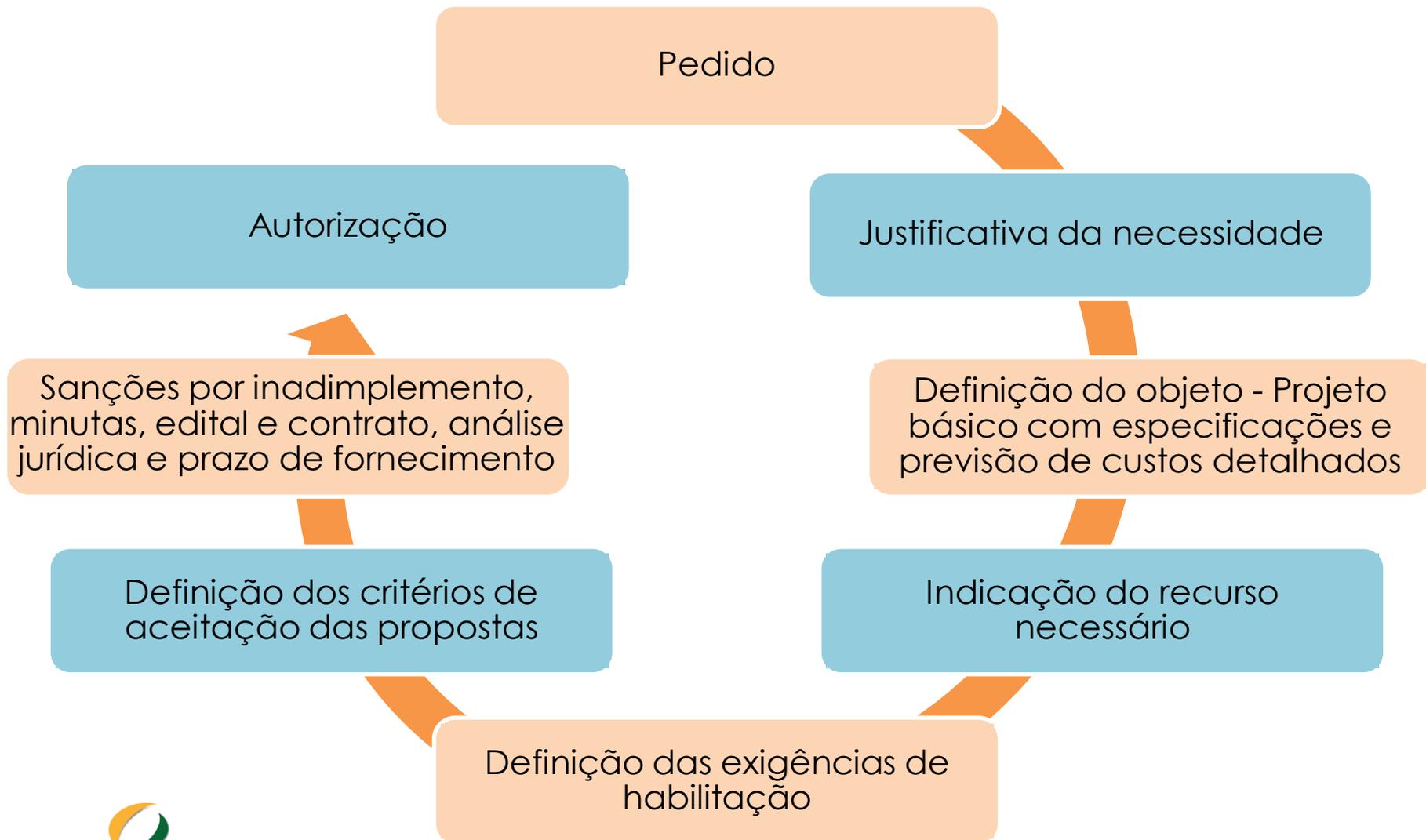
Licitação
Dispensável
(Dispensa de
Licitação)

Casos em que a licitação é possível, mas não obrigatória (art. 24, casos taxativos na Lei)

Licitação
Inexigível
(Inexigibilidade
de Licitação)

Inviabilidade de competição. Os casos previstos na Lei são apenas exemplificativos.

Fase Interna da Licitação



Fase Externa da Licitação



Controle Social na Lei 8.666/93

Art. 3º

§ 3º A licitação **não será sigilosa**, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Art. 4º

Todos participantes de licitação têm direito à observância do procedimento estabelecido, **podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento**, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art.7º

§ 8º Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os **quantitativos das obras e preços unitários** de determinada obra executada.

Controle Social na Lei 8.666/93

Art. 15º

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para **impugnar preço constante do quadro geral** em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

Art. 41º

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para **impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei**, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

Controle Social na Lei 8.666/93

Art. 101º

Qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do **Ministério Público**, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.

Art. 113º

1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

FASES DA DESPESA PÚBLICA



Controle



CONTROLE GOVERNAMENTAL X CONTROLE SOCIAL

**CGU, TCU, CGE, TCE, MPF, MPPB, POLÍCIA =
CONTROLE GOVERNAMENTAL**

Menor índice de desperdício (corrupção) : DINAMARCA e HOLANDA - **100**
auditores por 100 mil habitantes.

BRASIL : **8 auditores por 100 mil habitantes** (*deficit* de cerca de 160 mil auditores).

Fonte: www.kanitz.com.br/veja/corrupcao.asp

CONTROLE GOVERNAMENTAL

ESFERA	CONTROLE PARLAMENTAR	CONTROLE ADMINISTRATIVO		CONTROLE JUDICIAL	
		CONTROLE INTERNO	CONTROLE EXTERNO	INQUÉRITO	JULGAMENTO
MUNICIPAL	Câmara Municipal	Prefeitura / CGM	TCE	POLÍCIA CÍVIL / MPE	TJ
ESTADUAL	Assembléia Legislativa	Governo Estadual / CGE	TCE	POLÍCIA CÍVIL / MPE	TJ
FEDERAL	Congresso Nacional	Governo Federal / CGU	TCU	POLÍCIA FEDERAL / MPF	TRF / STJ / STF

CONTROLE SOCIAL

ONGS

DENÚNCIA

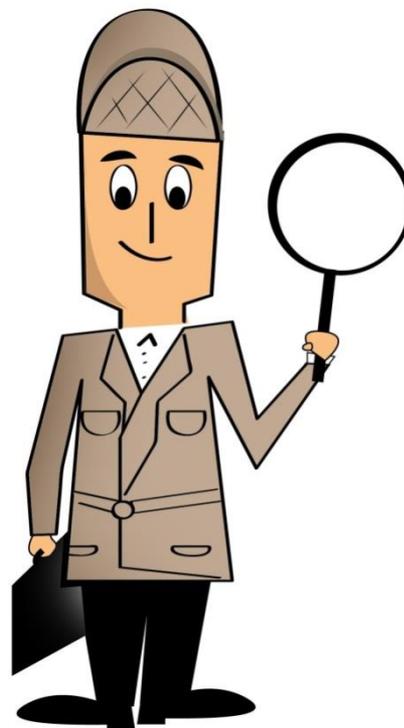
CIDADÃO

IMPrensa

CONSELHOS

INICIATIVA
LEGAL

VOTO



Exemplo de Controle Social





Transparência nos gastos públicos



Prevenindo a corrupção no município **Ação**

Licitações – participação **em tempo real**

–Efeito pedagógico

–Aumento da sensação de risco (aos fraudadores)

Garantindo

1- Preço justo

2- Entrega do bem ou serviço

3- Utilização no interesse público

Nos primeiros 9 meses...

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fiscalização economiza R\$ 9,6 mi ao município

Trabalho de análise dos editais e acompanhamento das licitações permite identificar falhas e erros nos processos, ajudando a otimizar a aplicação de recursos públicos

Elaine Utsonomya
elaine@odiariomaringa.com.br

Um edital de licitação para compra de mercadorias deve trazer, necessariamente, o valor máximo que o comprador está disposto a pagar. E quem compra naturalmente procura pelo menor preço. Na prática, porém, isso ocorre com frequência em Maringá, por exemplo, deixou de lado a melhor oferta em uma licitação de compra de materiais escolares, centenas de reais a mais. O vencedor do processo foi uma empresa que se dispôs a oferecer os produtos por R\$ 1,2 milhão. Pela mesma quantidade de materiais uma outra empresa a repassaria por R\$ 700 mil.

"Questionamos porque a empresa com o menor preço não venceu o processo e a resposta foi

de que ela forneceria lápis que saíram de linha. Só por isso não serve para escrever?", questionou Ariovaldo Costa Paulo, do Observatório Social, que divulgou, na última quinta-feira, o resultado das ações de fiscalização e controle prévio das licitações municipais.

Segundo ele, desde que o Observatório Social passou a fiscalizar os editais e acompanhar as licitações nos primeiros meses, foram economizados R\$ 9,6 milhões em recursos públicos. Esse acompanhamento permite a identificação de situações em que a concorrência não ocorreu, como no caso de uma licitação promovida por Ariovaldo, cujo processo foi cancelado.

"O que estamos vendo aqui na prefeitura é falta de zelo com o dinheiro público. Não há nada

ilegal, mas imoral", completou Costa Paulo, que não apontou culpados pelas falhas que poderiam ter causado prejuízos ao erário.

Para o secretário municipal de Controle Interno, Zanon Luiz Fávoro, indicado para o cargo pelo Observatório Social, era prática comum, a cada licitação, aumentar em 20% o valor que a prefeitura estava disposta a pagar por um produto. O mercado municipal chegou ao último ano por causa dessa prática remonta época de inflação.

O Observatório detectou, por exemplo, um medicamento com variação de preço de até 1.000% a mais em relação ao valor de mercado. "Por isso é tão importante que toda a sociedade fiscalize e acompanhe a aplicação dos recursos públicos", destacou Costa Paulo, antes de acrescentar que o Observatório precisa de mais voluntários. A entidade é um braço da Sociedade Eticamente Responsável (SER) composta por profissionais liberais, treinados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Controle interno vai aumentar

O secretário municipal da Administração, Gilton Bonneau, reconheceu que se as falhas em licitações não fossem apontadas pelo Observatório Social, poderiam ter causado prejuízos ao município. Ele destacou, no entanto, que a administração apurou suspeitas de irregularidades em duas licitações canceladas, depois da intervenção da Secretaria de Controle Interno.

"Muitos erros são antigos e herdados de administrações anteriores. O que estamos fazendo é tentar corrigi-los com um trabalho preventivo", disse.

Nesse sentido, o secretário municipal de Controle Interno, Zanon Luiz Fávoro, afirmou que a criação da pasta pela qual ele responde e a parceria entre a prefeitura e o Observatório demonstram a "maturidade" da

administração. Bonneau relatou que, para melhorar a aplicação dos recursos, a administração adotou uma série de medidas: os editais de licitação só vão ser publicados depois da aprovação pela Secretaria de Controle Interno; serão feitos levantamento de três orçamentos antes da definição do valor máximo que será pago por cada mercadoria; e vão ser feitas análises das amostras dos produtos oferecidos pelas empresas.

O secretário afirmou ainda que a prefeitura deve criar, até o final do ano, uma central de compra e um almoxarifado único, que devem reduzir ainda mais as falhas. Além disso, na próxima quinta-feira será inaugurada a Sala de Licitações, com o objetivo de oferecer visibilidade ao controle da gestão de recursos públicos. (E.U.)

Em 2 anos economia mensurável
Mudança de cultura com os gastos públicos

EM NOVE MESES

15

licitações foram acompanhadas pelo Observatório, de um total de 549.



Pomada com retinol, 5000 UI, 45 g

Licitação 2006
(sem OSM)

- Marca - Cimed
- Empresa - Farmacia Paulo
- Quantidade – 980
- **Valor Unitario: U\$ 6,24**

Licitação 2007
(com OSM)

- Marca - Cimed
- Empresa – Cidade Verde
- Quantidade – 600
- **Valor Unitario: U\$ 1,19**

**E
C
O
N
O
M
I
A**

424 %



Escova de dentes - infantil

Licitação 2006
(sem OSM)

- Marca - J&J
- Empresa - Cidade Verde
- Quantidade - 10.200

U\$ 1,22

- **Valor Unitario: U\$ 2,64**

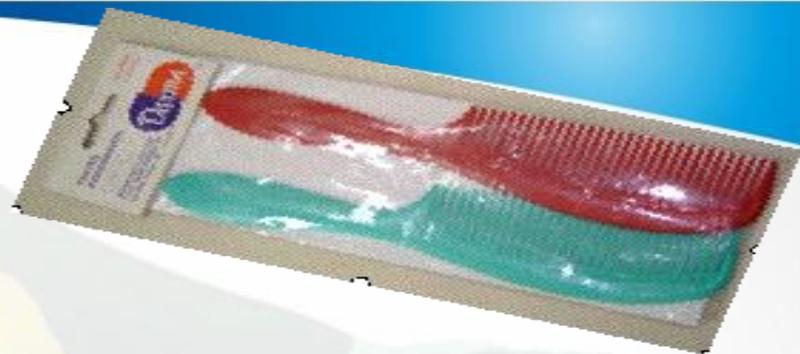
Licitação 2007
(com OSM)

- Marca - Condor
- Empresa - Novacon
- Quantidade - 3.000

- **Valor Unitario: U\$ 0,19**

**E
C
O
N
O
M
I
A**

1.300 %



Pentes com dentes largos

Licitação 2006
(sem OSM)

- Marca - Dama
- Empresa - Cidade Verde
- Quantidade - 6.000

• **Valor Unitário: U\$ 2,91**

Licitação 2007
(com OSM)

- Marca - Condor
- Empresa - Farm. Brasilia
- Quantidade - 1.000

• **Valor Unitário: U\$ 0,60**

**E
C
O
N
O
M
I
A**

385 %



Esparadrapo (2,5 cm x 4 mt)

Licitação 2006
(sem OSM)

- Marca - Missemmer
- Empresa - Cidade Verde
- Quantidade - 400

• **Valor Unitário: U\$ 4,10**

Licitação 2007
(com OSM)

- Marca - Missemmer
- Empresa - Cidade Verde
- Quantidade - 400

• **Valor Unitário: U\$ 0,98**

**E
C
O
N
O
M
I
A**

320 %



Observatório
SOCIAL DE MARINGÁ



Roteiros de Fiscalização

Dicas sobre receitas e registros

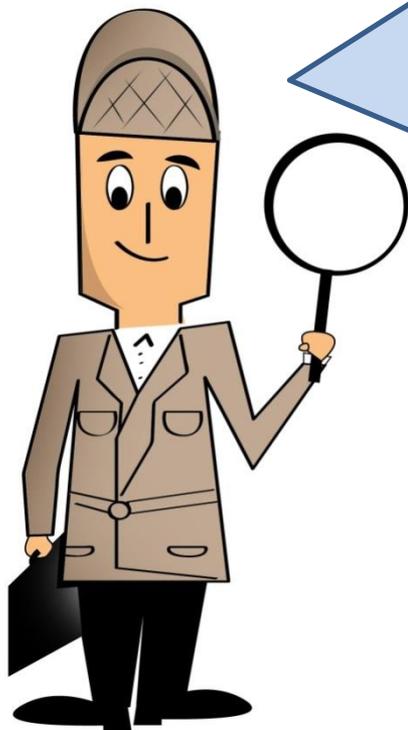
Requisitar o extrato da conta-corrente específica

Solicitar documento do órgão concedente com os valores repassados ou consultar Portal da Transparência ou site do órgão

Verificar se os valores registrados como depósitos na conta são iguais aos valores repassados

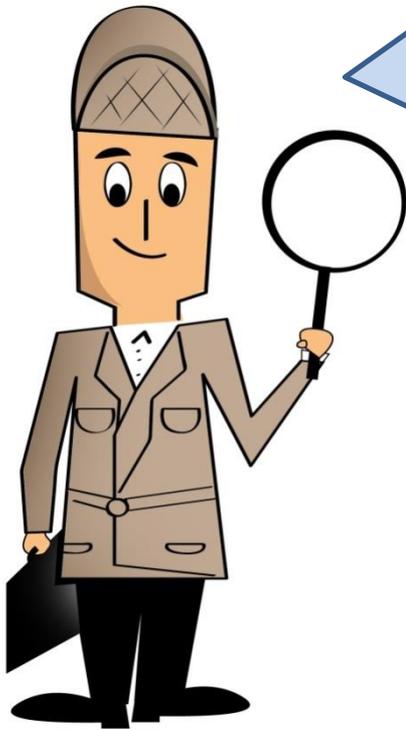
Se houver diferença, pedir explicações à Prefeitura. Persistindo, denunciar e registrar no parecer

COMO ACOMPANHAR A EXECUÇÃO?



- VERIFICANDO A FORMA DE ESCOLHA DO FORNECEDOR
- VERIFICANDO A ENTREGA DO BEM OU SERVIÇO FORNECIDO
- VERIFICANDO A UTILIZAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO FORNECIDO

VERIFICANDO A FORMA DE ESCOLHA DO FORNECEDOR



LICITAÇÃO:

Forma do poder público contratar serviços e materiais de forma transparente e impessoal.

Licitações Perguntas a serem respondidas

- ✓ Foi dada ampla divulgação ao processo licitatório?
- ✓ A Empresa contratada foi a que ofereceu o menor preço?
- ✓ O preço contratado está de acordo com o preço praticado no mercado?



Licitações Perguntas a serem respondidas

- ✓ O bem ou produto ofertado está de acordo com as especificações constantes do edital?
- ✓ A quantidade do bem/serviço contratado está compatível com a necessidade dos beneficiários do programa?



Roteiros de Fiscalização

DICAS SOBRE LICITAÇÃO

Caso os valores comprados de produtos da mesma natureza sejam maiores que R\$8.000,00, solicitar a licitação;

Se a licitação não for apresentada, denunciar e registrar no parecer;

Analisar licitações, verificando especialmente:

- Existência e adequação das pesquisas de preço
 - Mínimo de 3 propostas de preço válidas (CONVITE)
-

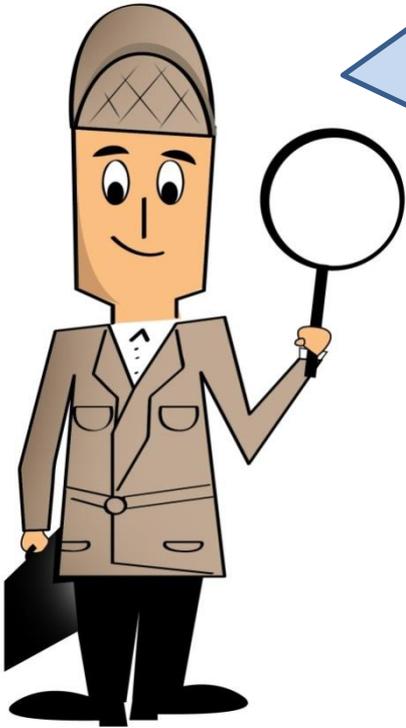
Consultar autenticidade dos documentos de habilitação

Pesquisar dados das empresas na Junta Comercial

Verificar publicações de avisos e editais e comparecer as sessões de licitação

VERIFICANDO A ENTREGA DO BEM OU SERVIÇO FORNECIDO

Vamos entender o processo de recebimento de um bem ou serviço contratado?



FASES DA DESPESA PÚBLICA



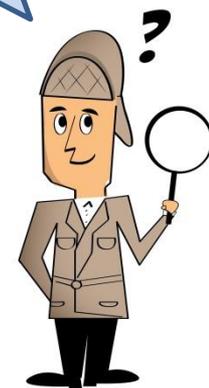
Empenho Perguntas a serem respondidas

- ✓ A Nota de Empenho foi emitida em nome da empresa vencedora da licitação?
- ✓ O valor da Nota de Empenho está de acordo com o valor contratado na licitação?
- ✓ O bem ou serviço identificado na Nota de Empenho está coincidente com aquele objeto da licitação?



Pagamento Perguntas a serem respondidas

- O dinheiro foi aplicado apenas em bens/serviços relacionados aos objetivos do Programa/Ação?
- O bens/serviços foram mesmo entregues (observar as quantidades e especificações constantes do contrato)?
- Os preços pagos estão de acordo com os valores contratados?



Pagamento Perguntas a serem respondidas

- O pagamento foi efetuado à empresa vencedora da licitação?
- Os bens/serviços pagos foram mesmo usados para atender os beneficiários do Programa/Ação?
- Os bens adquiridos estão com prazo de validade compatível com a previsão de consumo?



Roteiros de Fiscalização

DICAS SOBRE RECEBIMENTO DE BEM/SERVIÇO

Consulta a Nota Fiscal Eletrônica na SET:
<https://nfe.set.rn.gov.br/NFeProd/portaIDFE/NFe/ConsultaNFe.aspx>

Consulta autenticidade de nota fiscal eletrônica de serviços:
<https://directa.natal.rn.gov.br/open.do?sys=DIR&idformulario=64>

Ver endereços e telefones da empresa fornecedora e verificar se realmente existe, se fornece esse tipo de produto, qual o preço na loja etc

Verificar se existem muitas notas com numeração sequencial

Roteiros de Fiscalização

DICAS SOBRE RECEBIMENTO DE BEM/SERVIÇO

Requisitar os processos de pagamento com notas fiscais e recibos;

Os valores das notas fiscais e recibos devem corresponder a débitos no extrato da conta. Pode ocorrer de um débito corresponder a soma de mais de uma nota ou recibo;

Caso haja algum débito na conta sem nota fiscal ou recibo, pedir explicações a Prefeitura. Caso não seja apresentado, denunciar e registrar no parecer.

Roteiros de Fiscalização

DICAS SOBRE RECEBIMENTO DE BEM/SERVIÇO

Pedir ao banco cópias de cheques e cruzar favorecido com fornecedor (cheques devem ser nominais e cruzados)

Separar itens das notas fiscais e/ou das licitações e realizar pesquisas de preço;

Comparar os preços pesquisados com os constantes das notas fiscais (atentar para necessidade de fazer cotações em quantidades e períodos compatíveis com as compras);

Caso haja superfaturamento, pedir explicações à prefeitura sugerindo a compra no lugar mais barato. Analisar a resposta e, se for o caso, denunciar e registrar no parecer.

Roteiros de Fiscalização

DICAS SOBRE RECEBIMENTO DE BEM/SERVIÇO

Verificar se os itens das notas fiscais se referem a produtos/serviços relacionados aos objetivos do programa/ação;

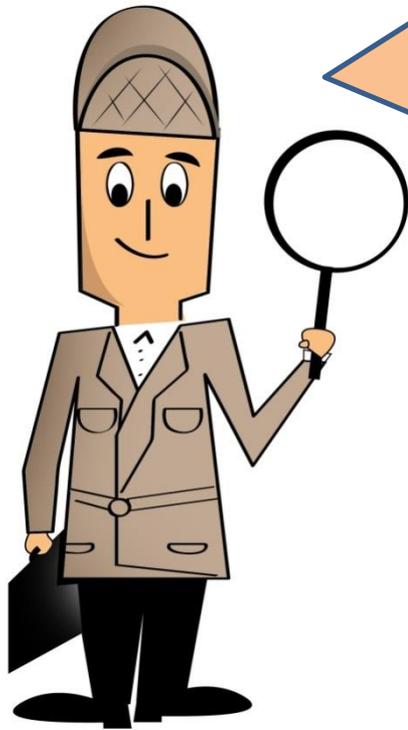
Identificar datas de entrega de grandes quantidades e fazer a conferência da nota com os produtos;

Separar determinados bens das notas e pedir a prefeitura a localização dos mesmos para conferir;

Pedir e verificar controles sobre o recebimento, distribuição e estoque de materiais de consumo;

Visitar almoxarifado e destino dos produtos para conferir quantidades registradas nos controles.

VERIFICANDO A UTILIZAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO FORNECIDO



Vamos verificar se o bem
ou serviço contratado está
sendo utilizado para a
consecução dos objetivos
do Programa?

Utilização Perguntas a serem respondidas

- ✓ Os bens/serviços adquiridos estão em uso?
- ✓ Os bens /serviços estão utilizados somente para os objetivos do Programa?



Roteiros de Fiscalização

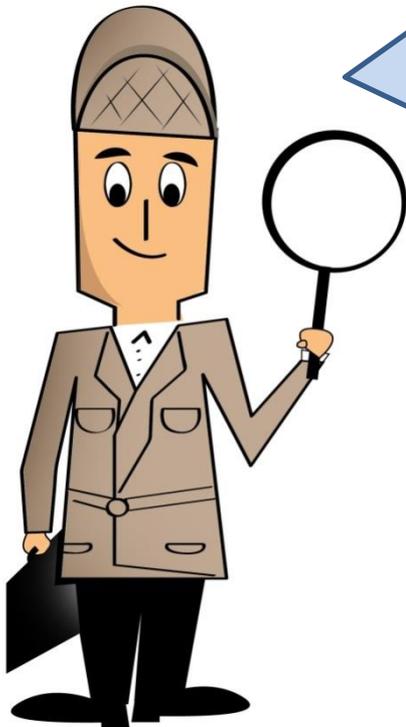
DICAS SOBRE UTILIZAÇÃO DE BEM/SERVIÇO

Solicitar a relação de bens/serviços contratados no âmbito do Programa;

Visitar aos locais de disponibilização do bem/serviço para verificar a sua efetiva utilização.

Conversar com os beneficiários do programa/ação para constatar a utilização e adequação do bem/serviço.

O CONSELHEIRO É UM AUDITOR



Por quê devemos nos importar?

O que podemos evitar?

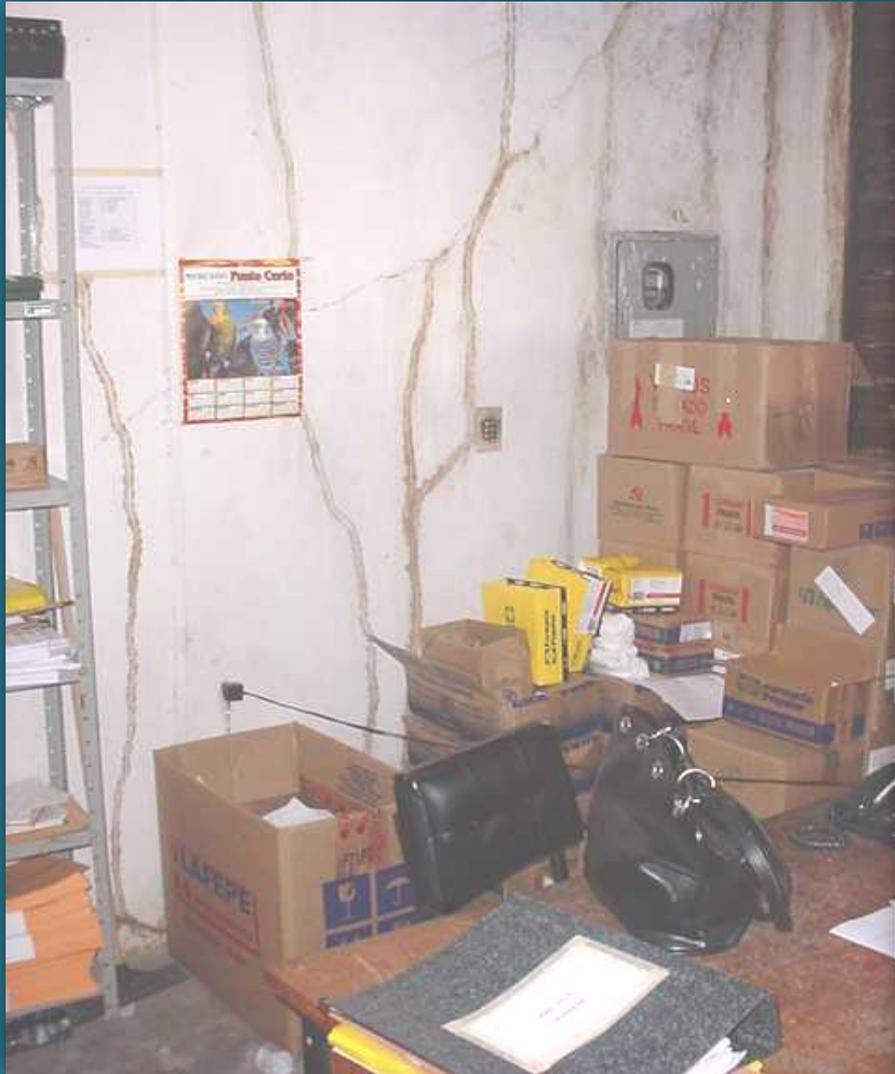
Programa Nacional de Alimentação Escolar



SAÚDE – Atendimento Ambulatorial



SAÚDE – Almoxarifado central de medicamentos



SAÚDE – Almoxarifado central de medicamentos



Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI



Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI



Expansão e Melhoria da Rede Escolar



EXEMPLO – Programa PNATE



EXEMPLO – Programa PNATE

Veículo escolar utilizando gás de cozinha



EXEMPLO - CV P/ Pavimentação

R\$ 300.000,00



EXEMPLO: Módulo Sanitário com 2 anos de construção



EXEMPLO - CV P/ ABASTECIMENTO D'ÁGUA R\$ 510.000,00 - Captação ao lado de uma pocilga



EXEMPLO - CV P/ ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Tanque de "tratamento d'água"



Sites e publicações para consulta

- ❑ www.tcu.gov.br - Cartilhas para Conselheiros PNAE e assistência Social - Publicações Licitações e Convênios
- ❑ www.cgu.gov.br - Cartilha Olho Vivo, Manual de gestão de Recursos Federais, Programa Olho Vivo (videos, educação a distância, textos técnicos, etc)
- ❑ www.amaribo.org.br - Livro “O combate a corrupção nas prefeituras do Brasil” e outros textos, notícias e publicações
- ❑ www.ifc.org.br – Instituto de Fiscalização e Controle que tem como missão Incentivar o Controle Social nos municípios brasileiros.
- ❑ www.observatoriosocialdobrasil.org.br/

*“Toda longa viagem
começa com um passo.”*

Provérbio Chinês